

3.1.5 OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DA MUDANÇA DE CICLO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I: UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA

D. E. TAVARES¹; D. R. de F. BRAGA²

¹Pós-Doutora em Educação pelo GEPI- Grupo de Estudos em Pesquisa Interdisciplinar da PUC/SP; Diretora do CEFOR – Centro Formador da Cruz Vermelha Brasileira; Professora da Pós-Graduação e Pesquisadora do Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP, São Paulo-SP, Brasil.

²Psicopedagoga Institucional e Clínica pelo Centro Universitário Adventista - UNASP, São Paulo- SP, Brasil.

dircetav@uol.com.br

deniserbraga@hotmail.com

COMO CITAR O ARTIGO:

TAVARES, D. E. e BRAGA, D. R. **Os impactos de transição da mudança de ciclo da educação infantil para o ensino fundamental I: uma abordagem psicopedagógica.** URL: www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.9, n.2, p. 160-218, abr/2019.

RESUMO

Este estudo trata dos impactos das mudanças do ciclo da educação na transição da educação infantil para o ensino fundamental I, numa abordagem psicopedagógica. Alguns alunos apresentam dificuldades na aquisição do conhecimento e posteriormente resultam em fracasso escolar. Para entender as prováveis causas, observou-se o universo infantil no âmbito escolar e social, percorrendo as fases do desenvolvimento da criança e os processos de aprendizagem, caminhos para tornar um cidadão de direito, usando uma abordagem metodológica qualitativa. Trilhou-se juntamente com a educação infantil, descrevendo suas estruturas e os procedimentos de reconhecimento da legalidade para tornar-se educação de base e a constante luta para desvencilhar da visão assistencialista. Analisou-se o ensino fundamental I – a alfabetização e o letramento, a importância do acolhimento e do equilíbrio da transição de fase. E por fim, foi pesquisado o trabalho e a atuação do psicopedagogo institucional – educacional, desenvolvendo um trabalho preventivo com o educando e o professor e formando parcerias com a comunidade escolar e a família para auxiliar no impacto de transição do ciclo da educação infantil para o ensino fundamental.

Palavras-chave: Impactos de transição; educação infantil; ensino fundamental I; psicopedagogia.

ABSTRACT

This study deals with the impacts of changes in the education cycle on the transition from early childhood education to elementary education I, in a psychopedagogical approach. Some students present difficulties in acquiring knowledge and subsequently result in school failure. In order to understand the probable causes, we observe the children's universe in the school and social sphere, going through the phases of the child's development and the learning processes, ways to become a citizen of rights, using a qualitative methodological approach. We train together with early childhood education, describing its structures and procedures for recognizing legality to become basic education and the constant struggle to meet the welfare vision. We analyze fundamental education I - literacy and literacy, importance of reception and the balance of phase transition. Finally, we investigated the work and performance of the institutional - educational psychopedagogue by developing a preventive work with the educator and teacher and forming partnerships with the school community and the family to assist in the transition impact from the elementary education cycle.

Key words: Transition impacts; child education; elementary school I; psychopedagogy.

1. INTRODUÇÃO

O QUE É LETRAMENTO?

Letramento não é um gancho
em que se pendura cada enunciado,
não é treinamento repetitivo
de uma habilidade,
nem um martelo
quebrando blocos de gramática.

Letramento é diversão
é leitura à luz de vela
ou lá fora, à luz do sol.

São notícias sobre o presidente,
o tempo, os artistas da TV
e mesmo Mônica e Cebolinha nos
jornais de domingo.

É uma receita de biscoito,
uma lista de compras, recados colados
na geladeira,
um bilhete de amor,
telegrama de parabéns e cartas
de velhos amigos.

É viajar para países desconhecidos,
sem deixar sua cama,
é rir e chorar
com personagens, heróis e grandes
amigos.

É um atlas do mundo,
sinais de trânsito, caças ao tesouro,
manuais, instruções, guias,
e orientações em bulas de remédios,
para que você não fique perdido.

Letramento é sobretudo,
um mapa do coração do homem,
uma mapa de quem você é,
e de tudo o que você pode ser.

(Kate M Chong)

O intuito deste trabalho é compreender as dificuldades de adaptação de alguns alunos no ingresso do Ensino Fundamental I, e, assim, elaborar possíveis estratégias de intervenção Psicopedagógica para diminuir as complicações.

Quando os alunos saem da Educação Infantil, de um ambiente lúdico, e se deparam com um ambiente diferente, muitas vezes conteudista, podem trazer a sensação de insegurança e medo, e com isso dificultar o processo de alfabetização, se não for sanada essa problemática.

Esse tema foi escolhido devido a experiência da pesquisadora na atuação no processo de alfabetização, com dois anos de experiências no ensino fundamental I e sete anos na educação infantil, a qual pôde presenciar as dificuldades de ambos os ciclos e perceber o sofrimento de alguns alunos no ingresso do novo sistema escola, sendo que, alguns deles apresentaram regressão ou bloqueio na fase da alfabetização, no processo da aprendizagem.

Por isso, os capítulos descrevem o universo da aprendizagem e da criança, trazendo pequenos levantamentos, como: As Fases do Desenvolvimento da Criança e os Processos de Aprendizagem, Educação Infantil, Ensino Fundamental I – Características (Histórico da Alfabetização e Iniciando o Processo de Alfabetização), O que é Psicopedagogia, A Psicopedagogia e a prevenção do Impacto da Mudança de Ciclo e A Psicopedagogia e a Família.

A pesquisa tem como objetivo buscar e apresentar possibilidades de diminuir as dificuldades e o sofrimento de uma parcela dos alunos nesse período de transição, compreendendo como é universo escolar e o processo de aquisição do conhecimento, e quais os fatores que podem dificultar e descrever as possíveis intervenções.

Faz-se necessária uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente se expressa aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em vivem (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997,p. 24).

A citação faz pensar na qualidade de ensino ao longo dos anos, mas também ter a atenção especial no ingresso desse período. Quais os estímulos que precisam ser desenvolvidos para que aprendizagem seja prazerosa e significativa, que no processo de transição transcorra de forma tranquila e de qualidade, com auxílio da intervenção Psicopedagógica na elaboração de estratégias que diminua os obstáculos.

A escola tem um importante papel, devendo proporcionar um ambiente que trabalhe a autoestima o respeito pelas diferenças, a autoconfiança, a aceitação do erro como condição normal à aprendizagem. Estimular a curiosidade, ouvir as crianças naquilo que elas desejam saber e incorporar estes desejos ao currículo, realizar projetos que possam trazer assuntos, para serem incorporados à realidade do aluno são atitudes que ajudarão aluno a compreender melhor os temas abordados, fazendo sentido para sua aprendizagem (SAMPAIO, 2017, p.132).

É necessário que a Psicopedagogia estabeleça parceria com a escola e a família, no (re) planejamento dos projetos que atuem de forma preventiva e posteriormente terapêutica na aquisição da aprendizagem englobando vários campos do conhecimento, integrando e sistematizando.

O questionamento deste trabalho é entender as causas que levam os alunos apresentarem dificuldades na transição da

educação infantil para as séries iniciais, utilizando a prática da psicopedagogia como instrumento de apoio para esses alunos.

2. OBJETIVOS

- Analisar os problemas do processo de transição do ensino infantil para o ensino fundamental I.
- Identificar o processo de maturação e de transição dos alunos no sistema educacional, no período mudança de ciclo;
- Planejar pequenas dicas de atitudes com intuito de diminuir as angústias existentes; e
- Avaliar os problemas e as causas nessa transição.

3. METODOLOGIA

Esse trabalho tem o intuito de pesquisar através de uma abordagem reflexiva o atual sistema educacional, em escolas públicas, através da pesquisa qualitativa, utilizando a descrição e a narrativa como instrumental metodológico.

O discurso não tem significado único... Em pesquisa, é análise de um conjunto de ideias, um modo de pensar ou um corpo de conhecimentos expressos em uma comunicação textual ou verbal, que o pesquisador pode identificar quando

analisa um texto ou fala (CHIZZOTTI, 2014, p.120).

Essa metodologia permite fazer interações do conhecimento social e profissional, o pesquisador contribui com seu conhecimento e suas observações num contexto indisciplinar, pois utiliza-se de materiais documentos com a experiências vividas entrelaçando de modo reflexivo e crítico.

A pesquisa traz questões singulares da coletividade escolar, no qual tem a objetivo compreender o porquê de alguns alunos apresentam dificuldades de adaptação na mudança de ciclo escolar. Quando saem da educação infantil e ingressam no ensino fundamental I. A pesquisa qualitativa permite um entendimento e a interpretação de fenômenos humanos, cujo objetivo é alcançar uma visão detalhada dessas etapas escolares. É mediante a forma como se relacionam o pesquisador e o pesquisado, devido ao anseio pessoal.

A pesquisa narrativa descritiva permite reconhecer o conflito, e é estudada para produzir uma teoria e para investigar uma prática social estratégica. (FAZENDA, TAVARES e GODOY, 2015, p. 111).

A pesquisa qualitativa vai enfatizar a competência, a compreensão e a imaginação, na tentativa de encontrar caminhos que diminuam as aflições dos alunos e dos professores que vivenciam este momento. Num trabalho artesanal, não só como condição para aprofundamento da análise, mas para a liberdade intelectual.

O importante é produzir um conhecimento que, além de útil, seja orientado por um projeto ético visando o crescimento, a

autonomia e a criatividade. A pesquisa qualitativa nos possibilita desenvolver hábitos de ação, permitindo confrontar a realidade, com intuito de garantir ganhos no sentido intersubjetivo e na capacidade de ouvir todos aqueles que pesquisamos e nós mesmos.

A investigação tem como foco as possíveis dificuldades existentes na fase de transição de ciclo, fazendo levantamento de dados: do período de desenvolvimento do aluno nessa idade. E de conhecer o ambiente escolar infantil e do ensino fundamental I, em escolas públicas da rede municipal inserido o trabalho do psicopedagogo institucional como parceiro do processo de ensino e aprendizagem.

É na busca de informações que a pesquisa vai tecendo sua história, no acúmulo de descobertas ou reconhecendo o existente sob um novo ângulo, na quebra de paradigmas, fazendo indagação sobre a realidade e buscando outras perspectivas, ao integrar as teorias com a realidade, por meio das articulações da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, se integrando com novos conhecimentos na busca de soluções dos problemas existentes.

4. AS FASES DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Há séculos já se discutia que a criança era um adulto em miniatura, mais precisamente no século XV, numa época em que não existia infância. As crianças sofriam a desvalorização e

desrespeito de serem vistas como um cidadão em formação, elas padeciam de vários problemas de saúde, os quais acarretavam altos índices de mortalidade infantil. Alguns estudiosos como Jean-Jacques Rousseau (1972) viam a criança com um olhar diferenciado para a sua época, e defendiam que a criança era diferente do adulto e que tinham suas próprias necessidades de crescimento.

Mas hoje, tempos depois, em pleno século XXI, esses pensamentos se modificaram em relação à criança ser criança, ou continuou caracterizando a criança como pequenos adultos. Estamos respeitando a infância, dando plenas condições para seu desenvolvimento ou continuamos a estruturá-las nos afazeres adultos. Podemos encontrar diferenças nas classes sociais, nos âmbitos culturais e socioeconômicos. Pois as crianças de baixa renda não têm as mesmas agendas com diversas tarefas culturais e educativas, mas sua rotina muitas vezes está voltada para o trabalho e auxílio da sua família. Suas tarefas podem estar externas ou internas aos seus lares, muitas vezes são responsáveis por cuidar da casa e de seus irmãos mais novos. Enfim, diante desse cenário, pode se indagar se essas são realmente crianças e se vivem a infância como deveriam.

Diante dessa realidade em que estamos inseridos, a sociedade proporciona que nossas crianças tenham desenvolvimento das suas habilidades assegurando como ordena a Constituição, ou apenas estamos modificando essa personalização.

Pois atualmente encontramos vários entraves nesse assunto, deste as mesmas polêmicas de criança ter direitos de ser vista e

tratada como tal, até assuntos como consumismos e tecnologias que afetam a rotina do mesmo.

Contudo, na atual cultura societária, as crianças vão para a escola cada dia mais cedo. É possível prever o dia em que as crianças sairão da maternidade diretamente para a escola. E assim surgindo novos questionamentos, até que ponto essa nova realidade pode influenciar no crescimento e desenvolvimento das faculdades mentais e esses ambientes estão preparados para atendê-los.

O significado das experiências vividas no início da escolaridade para o processo de desenvolvimento infantil, bem como para a continuidade da vida escolar, representa a possibilidade de contribuir na construção de proposta que permitam acolher as crianças para melhor atender suas necessidades, facilitando-lhes estabelecer interações mais produtivas com esse novo contexto (OLIVEIRA, 2012, p. 114).

Um ambiente de educação infantil tem que possibilitar o crescimento da criança no que tange à sua formação, em seus estágios, favorecendo cada etapa no desenvolvimento global, nos aspectos social, cognitivo e motor, e por consequência preparando-a indiretamente para outras etapas educacionais.

Por isso, a educação precisa ser repensada na forma de sua aplicação, ter uma abordagem pedagógica que visualize as fases do desenvolvimento infantil e conhecendo os períodos do seu

desenvolvimento e crescimento intelectual, aproveitando melhor cada fase e aplicando métodos e estratégias que potencializem a criança de acordo com a sua idade.

O mediador tem como função aprender junto com o seu aluno, é na troca de experiência que ambos ensinam e aprendem. Ou seja, aprende enquanto ensina, na troca de informações, analisando, criticando e pesquisando o conteúdo e a técnica a ser abordada, visualizando uma educação que ultrapassa os muros escolares e que prepara para a vida.

Uns dos grandes estudiosos que abordou muito bem esse tema foi Piaget. Nos resultados de seus estudos, se permitiu melhor compreender as fases do desenvolvimento da criança. Para ele, a criança aprende construindo e reconstruindo o seu pensamento, por intermédio dos processos de assimilação, acomodação e adaptação na relação com objeto.

Outro estudioso que abordou muito bem esse tema foi Wallon (*apud*: OLIVEIRA, 2012, p. 115), dizendo que “o desenvolvimento é entendido como um processo descontínuo, cujas características são a contradição e os conflitos. Seus estágios não possuem limites nítidos, sobrepõem - se, misturam-se, confundem-se”.

Os dois estudiosos descrevem a importância do estímulo externo no desenvolvimento da criança.

Para Piaget, trabalhar o estímulo do educando de maneira correta pode-se obter excelentes resultados, pois a construção da aprendizagem se dá no processo de construção e reconstrução, na transformação do objeto, do estímulo e associação com afetividade empregada, por consequência, o educando se adapta ao meio em que está inserido, passando pelo processo de assimilação com a

nova informação, e, se estiver fundamento para si, automaticamente será acionada a memória arquivada com experiências anteriores, com o novo que está sendo aplicado, e assim, ocorrendo o processo de acomodação do conhecimento.

Para Piaget (1986, p. 29), “pode-se dizer que o pensamento está adaptando a uma realidade particular, quando ele conseguir assimilar em seus próprios esquemas esta realidade acomodando essas às circunstâncias novas apresentadas por aquelas.”

Dependendo dos estímulos que o educando recebe, vão se desenvolvendo as habilidades, proporcionando a conexão das estruturas ao seu conhecimento anterior com as novas informações, ensejando novas assimilações, e, enfim, adaptando e transformando as relações com os objetos em novos conhecimentos – acomodação.

Os processos precisam ter objetivos significativos para fazerem a equilibração, pois nesse momento a informação transforma-se em conhecimento e em aprendizagem significativa.

Para que os estímulos sejam adequados, Piaget (idem) descreve cada estágio do desenvolvimento infantil e suas principais características.

- Período Sensório-Motor (0 a 2 anos): Desenvolvimento sensório motor, característica da inexistência de representações ou imagens mentais dos objetos. Aprendizagem através os órgãos do sentido e dos reflexos, a construção do eu como sujeito concreto.
- Período Pré-Operatório (2 a 7 anos): Caracterizado pelo processo da linguagem e da socialização, desenvolvimento do

pensamento, da construção do eu, do egocentrismo. Tem como foco a linguagem como via de comunicação social.

- Período das Operações Concretas (7 a 11 ou 12 anos): Operações mentais, representações concretas, pensamentos lógicos e maiores interações sociais.
- Período das Operações Formais (11 ou 12 anos em diante): Transformações do cognitivo e intelectual. Capacidade de abstrair e generalizar e criar teorias sobre o mundo.

Para que as aprendizagens se tornem significativas, deve-se levar em consideração os estágios de desenvolvimento, proporcionando atividades adequadas e criando um ambiente favorável ao crescimento do educando, independentemente do ciclo educacional em que ele esteja. Sendo assim, diminuir-se-ão os possíveis impactos da mudança de ciclo.

Para Vigotskii, a transição de uma fase escolar para outra é marcada pelo crescimento das habilidades e se suas críticas, ampliando seus conhecimentos do seu mundo e da realidade que o cerca. A mudança de uma fase para outra, da Educação Infantil para Ensino Fundamental, envolve questões psíquicas e sociais.

Nos estudos de Piaget conseguimos observar vários pontos essenciais que nos auxiliam na promoção do desenvolvimento da criança, comenta:

A medida que a criança se aproxima dos sete anos, a tradicional idade da razão, começamos a ver o fruto de todos os seus anos de experimentação com objetos, imagens e símbolos e, finalmente, com o pensamento. Ela caminha em direção ao período das operações concretas,

que se caracteriza pela capacidade de raciocinar logicamente, organizar os pensamentos em estrutura coerente e totais, e dispô-los em relação hierárquicas ou sequências (PIAGET, 1986, p. 65).

Na citação acima, pode-se perceber que aproximadamente aos sete anos (processo de alfabetização) que a criança se baseia no sistema lógico, que até o momento, essas relações estão associadas ao simbólico. Nesse momento do desenvolvimento da linguagem, se conduzia o ensinamento por via da imitação, do faz de conta e nas atividades externas, para depois serem internalizadas. A criança, além de querer compartilhar os seus sentimentos, mas incapaz de compreender o do outro, vive sua plenitude na fase do egocentrismo.

Por volta dos sete anos, a criança vai demonstrando maior compreensão dos processos de classificação e seriação. É por isso que os estímulos considerados corretos são imprescindíveis para não “pular” etapas do seu processo de desenvolvimento, mesmo que nem todas estejam ordenadas na mesma fase.

Na fase concreta, a criança inicia a elaboração de relações entre os objetos e o que está ao seu redor, em situações reais ou não – hipotéticas, melhorando suas aptidões de linguagem. Piaget defende o uso do jogo nessa etapa, pois essas atividades podem alcançar processos de assimilação e acomodação, despertando os processos criativos dos mesmos.

Muitos professores ainda estão empregando métodos educacionais arcaicos e que seus alunos, quando não estão ativamente aprendendo, sentam-se passivamente nas salas de aula, que consideram insignificantes e irrelevantes. Aprendizagem, longe de ser interessante e incentivadora, significa que sempre a repetição de uma série de fatos maçantes, completamente dissociados do pensamento e dos sentimentos (PIAGET, 1986, p. 201)

Percebe-se que infelizmente não houve muita mudança para os dias atuais. O aluno não se sente motivado a ir para à escola. A instituição escolar não acompanhou os avanços da sociedade e da tecnologia. Muitos educadores continuam com os mesmos métodos e, por vezes, os mesmos recursos e estratégias utilizados há décadas. Com isso, as aulas não se tornaram interessantes e muito menos convidativas. Diante desse cenário, vê-se o fracasso escolar, perpetuando os alunos de primeiro ano com mais dificuldades de adaptação, trazendo impactos cada vez maiores.

Encontram-se semelhantes observações nos estudos de Vigotskii, que falam sobre a importância do estímulo do ambiente, atribuindo a Unidade Escolar como agente de mudança e desenvolvimento do aluno. Trata o professor como mediador da criança com o mundo externo e conclui:

As origens das formas superiores de comportamento consciente deveriam ser achadas nas relações sociais que o indivíduo

mantém com o mundo exterior. Mas o homem não é apenas um produto de seu ambiente, é também um agente ativo no processo de criação do meio (VIGOTSKII, 1988, p. 25).

O sistema educacional precisa promover ambiente de ensino onde contemple aspectos sociais, culturais e intelectuais dos seus alunos, estimulando a formação de indivíduos atuantes na sociedade.

5. A ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quais os conceitos: de ser criança, infantil e infância. Segundo o dicionário Houaiss (2010) é que “criança é ser humano antes de ser adulta, uma fase de transição”; infantil é “próprio de criança ou da infância”; e infância é um período da vida humana que vai do nascimento ao início da adolescência.

Esses três termos remetem à Educação Infantil, que hoje atende crianças de zero a cinco anos e é direito constituído pelo Estado. Contudo, nem sempre foi assim, a história desse ciclo é recente, tendo enfoque maior no final do último século, em 1959 quando houve a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e depois em 1988 com a promulgação da Constituição Federal e na década de 90, quando surge o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foi a partir dessas leis que a Educação Infantil começou a ter uma visão educacional diferenciada, deixando de ser assistencialista, se tornando direito da criança como cidadã.

Num breve histórico, viu-se que nos meados da Idade Média, a criança era considerada um ser biológico com necessidades biológicas e que servia como mais uma mão de obra, já que era vista como um adulto em miniatura. No período do Renascimento, essa visão começa a se modificar, pois a criança passou a ter um tratamento diferenciado, contudo, somente nas classes sociais mais favoráveis, já que nas classes menos favorecidas continuava com a função de complementação da mão de obra.

Após Abolição da Escravatura e com o êxodo rural começaram a pensar num ambiente em que as crianças poderiam ficar para suas mães trabalharem fora de casa. Com isso, entidades não governamentais se encarregavam dessa função, mesmo assim, tinha o foco assistencialista e a questões de disciplina, para corrigirem o comportamento, eram rígidas, pois faziam o uso das palmatórias entre outros, como castigo para correção.

Com o novo sistema capitalista, o Brasil passou a visualizar a criança e a infância como um problema social. Muitas famílias chegaram a abandonar os filhos por não terem condições de cuidar, deixando-os em lugares chamados de “asilos”, os quais abrigavam as crianças abandonadas. Algumas entidades religiosas começaram a atender essas famílias desfavorecidas, com intuito de diminuir os abandonos.

Somente no Estado Novo que o governo passou a dar atenção a esse público, porém, continuava com intencionalidade assistencialista, pois os responsáveis eram o Ministério da Saúde e da Educação, visando o cuidar, alimentação e higiene.

Posteriormente, em 1961, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº4.024 –A, a LDB, a qual relata que a educação pré-primária se

destina aos menores até sete anos, a qual era ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância. As empresas mantinham esses lugares, para que suas funcionárias trabalhassem.

Por volta da década de 70 o governo começou a dar atenção para Educação Infantil como solução de problema. Devido aos altos índices de reprovação no ensino primário, resolveu-se criar medidas político-sociais. Em 1988, na Constituição Federal as creches e pré-escolas passaram a compor o sistema educacional, e as crianças a serem consideradas como sujeitos de direitos, tais como: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade e ao respeito. E somente com a LDB, Lei nº 9.394/96, a educação infantil passou ser considerada a primeira etapa da educação básica.

Com esse avanço, constituiu-se que o Educar e o Cuidar são elementos indissociáveis desta etapa educacional, e tem como intuito ampliar as experiências, conhecimentos e habilidades do indivíduo.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Percebe-se que a educação Infantil se tornou fundamental no desenvolvimento das habilidades das crianças, juntamente com a

família, comunidade e escola. Tanto que essa etapa educacional se subdivide em duas, como: creche, a qual atende crianças de zero a três anos e onze meses; e pré-escolas, que atendem crianças de quatro e cinco anos de idade. Ambas têm o dever de promover o desenvolvimento e a socialização de forma integral, assegurando seis eixos fundamentais, como: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer.

Os objetivos da educação infantil são divididos em três etapas, nas seguintes faixas etárias:

Creche		Pré-escola
Zero a um ano e seis meses	Um ano e sete meses a três anos e onze meses	Quatro anos e cinco anos e onze meses
Percepção do eu e do outro; limites do próprio corpo; interação com sujeito e objeto; comunicação; expressões de sentimentos e desejos; percepção e desenvolvimento das expressões sensoriais; convívio social; interação do corpo com ambiente; exploração da imaginação e imitação; cuidado do corpo; conhecimento e manuseio de diferentes objetos (tamanho,	Interação com o meio e com o sujeito; valorização da autoestima; compartilhamento de objetos e sujeitos; se fazer entender e melhor compreender o outro, respeitar as diferenças; conhecer e respeitar as regras básicas do convívio social; desenvolver a empatia, a singularidade e as diversidades; autonomia; abordar questões interpessoais;	Empatia; singularidade e diferenciação autonomia; interações intrapessoais; comunicação e expressões corporais; respeitar a pluralidade; conhecer a sua e outras culturas; explorar diferentes formas corporais; abordar temas como: sentimento; sensações e emoções; brincadeiras, brinquedos e brincar; jogos coletivos e individuais;

formas e estruturas); diversidades de brinquedos, brincadeiras e brincar; conhecer diferentes gêneros textuais; explorar brincadeiras sonoras e auditivas; desenvolvimento e reconhecimento da própria identidade.	comunicação e expressões; respeitar as pluralidade; conhecer outras culturas; conhecer sua própria cultura; diversidade de brincadeiras; expressão corporal; explorar o ambiente através do seu corpo; autonomia; coordenação motora fina e grossa; manuseio e exploração de diferentes materiais; desenvolver o diálogo – comunicação; contato e criação de diferentes gêneros textuais; contato com materiais gráficos; interação com diferentes ambientes naturais ou não; conceitos básicos de matemática.	coordenação motora fina e grossa; exploração do silêncio e do som; sons com objetos e com próprio corpo; explorar diferentes: verbais e não verbais; conhecer diferentes gêneros textuais; fazer uso de diferentes formas de escrita; relacionar com o objeto e sujeito; conhecer os conceitos matemáticos e as ciências da natureza.
--	--	--

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (Base em: 2017)

A educação infantil também precisa atender um currículo, o qual tenha como base o crescimento e desenvolvimento das diversas habilidades dos educandos, que seja estimulante e que obtenham objetivos e avaliações adequadas. As atividades devem

ser planejadas e que abordem o educar e o cuidar para ampliar os seus conhecimentos.

Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo, motora, cognitiva, linguística, estéticas, sociocultural das crianças, apontam as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetiva-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, p. 86).

Cabe ao educador oportunizar os educandos a vivenciar esses objetivos, principalmente através do brincar, pois o seu trabalho é voltado para refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar as práticas e interações, utilizando o lúdico como ferramenta no processo de aprendizagem.

Na teoria piagetiana, a brincadeira não recebe uma conceituação específica. Entendida como ação assimiladora, a brincadeira aparece como forma de expressão da conduta, dotada de características às do Romantismo e da biologia. Ao colocar a brincadeira dentro do conteúdo da inteligência e não na estrutura cognitiva, Piaget distingue a construção de estruturas mentais da aquisição de conhecimentos. A brincadeira, enquanto processo assimilativo participa do conteúdo da inteligência, à semelhança da aprendizagem (KISHIMOTO, 2011, p.36).

É necessário relacionar os conteúdos e os objetivos de forma lúdica e dinâmica para estimular a imaginação e a fantasia. Um brincar consciente na sala de aula. O brincar está associado à comunicação e expressão, pensamento e a ação, no ato de brincar se permite abordar diversas habilidades: organização de estruturas mentais, aprender a dividir, a socializar, resolver conflitos, trabalhar em equipe, entre outros.

... o educador deve conhecer não só teorias sobre como cada criança reage e modifica sua forma de sentir, pensar, falar e construir coisas, mas também o potencial de aprendizagem presente em cada atividade realizada na instituição de educação infantil. Deve também refletir sobre o valor dessa experiência enquanto recurso necessário para o domínio de competências considera básicas para todas as crianças terem sucesso em sua inserção em uma sociedade concreta. (OLIVEIRA, 2005, p.124).

O educador pode promover no seu trabalho o desenvolvimento da delicadeza e da sensibilidade, para assegurar a singularidade de cada aluno, intervindo nas questões socioeconômicas e étnicas raciais, numa abordagem multidisciplinar para a formação dos pequenos cidadãos.

Os educadores são profissionais essenciais no processo de mudanças na sociedade. Eles têm responsabilidades de

comprometimento quantos aos demais educadores de outros ciclos de aprendizagem, porém com um olhar diferenciado. Precisa planejar, criar projetos e avaliar de forma que envolvam a todos. Seu desafio é ser criativo, mediador, reflexivo, crítico, transformador e agir de forma intencional e amorosa na sua prática.

Contudo, a educação infantil permite que educando explore o mundo de forma mais lúdica, que interaja com outro e com ambiente, que construa sua própria identidade por intermédio de vivências e experiências para sentirem mais segurança no processo de alfabetização. Nesta fase, vão se construindo estruturas mais elaboradas para posteriormente serem conectadas com os novos ensinamentos.

5.1. Ensino Fundamental I– Características

O letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e a escrever dentro do contexto social que a criança vive. Contudo, nosso país vem percorrendo uma trajetória de mudanças e questionamento nas práticas pedagógicas, devido a resultados negativos que apresentam ao longo do tempo. O processo de ensino e aprendizagem demonstra altos índices de analfabetismo e/ou, analfabetos funcionais.

O fracasso escolar é uma discussão que perpetua ao longo da história. Se tornou um processo vicioso, pois mesmo que se pesquise e relate o quanto está defasado o sistema educacional

brasileiro, há um continuísmo por não se tomar decisões significativas. A educação não acompanha as evoluções sociais, apesar de termos resultados importantes de pesquisas, bons livros e bons teóricos na área da alfabetização.

Desde a colonização a educação era para poucos, e, infelizmente, na atualidade existem algumas regiões que continuam com grandes índices de analfabetismo, principalmente aqueles que vivem nas grandes periferias e na zona rural. Observemos um pequeno levantamento do percurso da alfabetização no nosso país.

6. HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO

Na época do Brasil Império a educação era ministrada pelo Estado e tinha como características principais, ser conduzida pelo âmbito religioso e era, apenas, para os homens brancos. Os índices de analfabetismo eram em torno de 85% da população e não existiam políticas públicas nesse período. Após a Proclamação da República, em 1889, o foco foi direcionado para o ensino secundário e superior, e pouquíssimos investimentos na educação primária.

As diretrizes educacionais do ensino primário começaram a ter atenção por volta de 1930, quando se tornou obrigatório. Na década de 60, criou-se a “Lei de Diretrizes de Bases da Educação – Lei 4.024, de 20/12/61”. Em 1974, houve a reformulação, pela Lei 5.692, que centralizava a formação acadêmica para a cidadania.

Nos anos 80, as políticas públicas começaram a se preocupar com ensino de qualidade para todos e inclusão das classes menos favorecidas.

Precisamente, com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, foi proposta “a educação para todos e o dever do Estado e da família”. O artigo 211 descreve os papéis dos federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios a responsabilidade de organização e oferta. Na última reformulação da LDB, em 1996, Lei 9.394/96, foram criados outros documentos voltados para qualificação do ensino brasileiro, como o Plano Nacional da Educação (PNE2001-2010 e Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, 1997).

Com este sistema educacional se inicia a preocupação com a alfabetização e o letramento, cujo qual promove uma educação além dos muros da escola, e que tenham suas habilidades desenvolvidas em todos os setores: cultural, social, intelectual entre outros.

O Brasil hoje possui programas de políticas que priorizam um ensino de qualidade, com base em conjuntos de medidas e procedimentos dispostos a orientar o Estado. Criaram-se metas e perspectivas para uma educação de qualidade e de equidade. São medidas explicitadas, sistematizadas e formuladas em documentos, leis, programas e outras medidas que orientam ações para educação para todos os cidadãos.

6.1. Iniciando o Processo de Alfabetização

O conceito de alfabetização significa aprendizagem da língua materna no âmbito da escrita ou da oralidade, e é um processo contínuo, uma ação que entrelaça a leitura e a escrita, e não se desenvolve separadamente. Logo, atuam de maneira interdependente entre si desde o princípio.

O termo alfabetização designe tanto o processo de aprendizagem da língua escrita quanto o seu desenvolvimento, pois não se resume em só levar à aquisição do alfabeto, em ensinar habilidades de ler e escrever, pois tem significado muito amplo (SOARES, 2010, p.15).

A alfabetização é um processo de ensino e aprendizagem que se inicia muito antes do indivíduo entrar no sistema educacional de ensino. Ele continua ao longo de sua vida, não somente nos primeiros anos do ensino fundamental. É um processo permanente que precisa estimular os contínuos sistemas de aquisição do conhecimento. Não é apenas focar na codificação e decodificação do sistema de escrita e linguagem:

Entendemos por alfabetização não somente a compreensão do sistema de escrita alfabética e o domínio das correspondências entre grafemas e fonemas, mas também as capacidades de ler e

produzir textos de diferentes gêneros textuais, relativos aos diferentes componentes curriculares com autonomia (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, 2015, p. 7).

O professor se torna um mediador que precisa ter conhecimento linguístico, fonológico e cognitivo. Precisa, ainda, saber que cada criança tem o seu momento, pois precisa criar situações em que possam avançar na aprendizagem. Importante ressaltar que alfabetizar é criar habilidades que possam dominar a escrita, a leitura e a capacidade de compreender textos, relacionando os símbolos e as unidades sonoras, numa construção de interpretação. É papel do educador é organizar um ambiente no qual o educando possa desenvolver diversos aspectos mentais, sociais, afetivos, emocionais, cognitivos e entre outros.

No contexto da alfabetização, o aluno precisa encontrar a escrita em diversas situações, que se apresenta no dinamismo cotidiano e em suas diferentes funções sociais, com atividades significativas, de forma prazerosa e contextualizada, de acordo com a realidade que o cerca. Este processo é um ato de reciprocidade, de interação e vínculo do professor e aluno, facilitando e colaborando com o processo de ensino e aprendizagem. O ato de aprender a ler e escrever não ocorre por observação, mas na prática da ação, no erro e no acerto, na compreensão, assimilação, acomodação e adaptação do novo, na relação do sujeito com o objeto.

Por isso, não se pode considerar que o desenvolvimento da linguagem oral e escrita se resume apenas nas relações entre professor e aluno, mas na interação com o todo.

O mediador da aprendizagem deve elaborar momentos de escuta, troca, interação, exposição de opiniões e ideias, abrangendo os sistemas da linguagem oral e escrita com o seu educando. Deve haver um ambiente de atividades desafiadoras, buscando proporcionar a leitura de mundo e refletindo sobre o conhecimento que já possuem na busca de novas informações.

O ambiente alfabetizador é um espaço rico e estimulante de aprendizagem, portanto, deve ser um espaço interativo e incentivador, onde se estabeleçam vínculos sociais, na interação direta entre sujeito e objeto e/ou sujeito com sujeito, nos conhecimentos prévios: linguístico, textual e de mundo.

Para ser funcional é necessário respeitar a relação entre o método utilizado e a maturidade do aluno. Deste modo, o alfabetizar do letrando não ocorre de maneira mecânica, precisa de sistema de representação, considerando a linguagem, as relações sociais, as experiências e o universo que rodeia o docente, criando estratégias que possam provocá-lo, a fim de possibilitar o contato com diversos tipos de materiais, tanto de cunho pedagógico quanto lúdico e cultural, nos quais possam ser elaborados elementos significativos e de interação com a realidade.

Sintetiza-se que a partir de teoria de Jean Piaget (*apud*: RUSSO, 2012, p. 31), “o sujeito cognoscente é todo aquele que busca adquirir conhecimentos e que procura ativamente

compreender o mundo à sua volta”, tentando resolver as interrogações que o seu mundo lhe provoca.

No processo de aprendizagem, o sujeito intervém com o objeto que quer conhecer, percorrendo os caminhos para inventar e reinventar o novo. O educador deve conhecer a realidade de seu público e os níveis de capacidades cognitivas para que possa aplicar atividades adequadas, além de saber respeitar o tempo de cada aluno, potencializando e acreditando que o aluno é capaz.

7. O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA

A Psicopedagogia é uma área do conhecimento que tem como objetivo entender como o ser humano aprende, se aprende, o porquê aprende, e quais os fatores que potencializam essa aprendizagem, com o foco na aquisição do conhecimento. Nem sempre foi esse o objetivo principal, pois a prática ficava entorno das dificuldades.

A psicopedagogia como disciplina acadêmica, aborda as aprendizagens humanas, oferece um campo de intervenção, cujos limites são bem amplos. Entendendo que o próprio processo humano de aprendizagem é um fenômeno complexo e que envolve múltiplos fatores. É uma área que atua na complexidade da aquisição do conhecimento, intervindo com educando e educadores apoiando nas múltiplas práticas (RUBINSTEIN, 2013, p.2).

A Psicopedagogia está expandindo cada vez mais, podendo atuar em diversas áreas do conhecimento porque não se limita apenas ao conceito da leitura e escrita, mas o conhecimento como um todo. A abordagem Psicopedagógica dividiu-se em duas vertentes, que são indissociáveis, pois uma completa a outra. A Psicopedagogia Clínica (atua como terapêutica) e a Psicopedagogia Institucional (atuando preventivamente). Estas subdividem em diversas vertentes, como: Psicopedagogia Educacional, Empresarial, Hospitalar, Gerontologia, Nutricional entre outras. O conceito preventivo visualiza o desenvolvimento, a identificação, a análise, a elaboração de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

A Psicopedagogia teve início na Europa (França) em meados do século XX, se preocupando com as dificuldades de aprendizagem, e/ou comportamento, tendo como principal estudioso George Mauco. Teve forte repercussão na Argentina, na década de 70, atuando em centros de Saúde Mental. Jorge Visca criou uma vertente denominada Psicopedagogia Epistemologia Convergente, que tem como eixo teórico três áreas: Psicologia Genética (base teórica nos estudos de Piaget), a Psicanálise de Freud e a Psicologia Social de Pichon-Rivière.

No Brasil, é uma prática recente aproximadamente trinta anos e tem como objetivo de estudar, compreender e intervir na aprendizagem. Em 1988, criou-se a Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp, no qual luta para ser reconhecida. Em 05/11/2011, foi aprovada em Assembleia Geral: “o Código de Ética do Psicopedagogo”.

A Argentina influenciou bastante na Psicopedagogia brasileira na atuação e formação nessa área, já que estão bem mais desenvolvidos que o Brasil. Já se tema formação acadêmica em nível de graduação, a qual possibilita maiores intervenções dos profissionais nos consultórios clínicos. São permitidos alguns testes, para obtenção do diagnóstico. Aqui no Brasil, esses testes são permitidos apenas para Psicopedagogos que obtenham também a Psicologia.

O profissional precisa fazer parcerias, participando de uma equipe multidisciplinar composta por diversos profissionais, como psicopedagogos, neurologista, fonoaudiólogos entre outros, num atendimento interdisciplinar. A área tem limites claros, indicando até onde o Psicopedagogo pode atuar.

O Psicopedagogo deve estar sempre atualizando, pesquisando e estudando com frequência, ampliando os seus conhecimentos para que possa desenvolver um bom trabalho. A postura ética é de fundamental importância, devido da fragilidade que poderá se deparar com seus clientes/pacientes, preservação de suas identidades e de seus casos. São métodos indispensáveis para atuação de qualidade, além de possuírem olhar apurado, acolhedor e comunicador.

A Psicopedagogia Institucional (Educativa) vem para tentar responder os porquês das dificuldades de aprendizagem e os fatores que podem estar relacionados, como os desenvolvimentos cognitivos, psicomotor, afetivo e social. A atuação preventiva reflete no desenvolvimento de projetos pedagógicos educacionais,

qualificando as estratégias e procedimentos na escola, atendendo no processo de reintegração e readaptação dos alunos que apresentam dificuldades, respeitando o seu ritmo e necessidades, com metas cognitivas e afetivas, caminhando junto com a orientação pedagógica, professores, pais e comunidade. Deve haver uma integração de trocas, que ocorre através de estímulos os quais influencia o: intelectual, psicomotor, físico, social e o emocional, elaborando e revendo as metodologias, de forma que se torne significativo para diminuir o fracasso escolar e os vários problemas relacionados à aprendizagem.

Na visão de Scoz (*apud*: YAEGASHI, 2012, p. 11) “a psicopedagogia estuda e lida com o processo de aprendizagem e suas dificuldades, englobando, numa ação profissional, vários campos de conhecimento, integrando-os e sintetizando-os”.

A Psicopedagogia deve incentivar o professor a conhecer o seu público, para estar ciente do seu papel no desenvolvimento do processo educacional, a fim de poder auxiliar o aluno a adquirir autonomia, cidadania e respeito, além de conhecer suas emoções e sentimentos.

8. POSSÍVEIS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Uma das principais características da conduta humana e do processo de ensino e aprendizagem é a de permitir uma troca de

experiência e aquisição de diversos conhecimentos. É nessa aprendizagem que o sujeito se identifica com os grupos sociais.

No livro de Paín (2008), são analisados os processos de aprendizagens, o qual diz que aprendizagem não é uma estrutura e sim articulação de esquemas, os quais associam em: momento histórico, orgânico, uma etapa genética da inteligência entre outras. A obra descreve os processos de aprendizagem dividindo em dimensões, como biológica, cognitiva, social e a função do eu. Os estudos dessas dimensões se basearam nas pesquisas realizadas por Piaget e Freud.

Dimensões Biológicas: De acordo com Piaget (*apud*: PAÍN, 2008, p.15), “assinala a presença de duas funções comuns à vida e ao conhecimento, a conservação da informação e a antecipação”. A conservação está relacionada com a memória, na aquisição da aprendizagem, quando a informação externa encontra as que estão armazenadas, e as novas informações acionam as existentes efetuando processo de assimilação e a acomodação. No que refere ao conhecimento podemos dividi-lo em três grupos: hereditário, o meio (interação) e a experiência.

Dimensão cognitiva: correlaciona com a inteligência e podemos subdividi-la em três grupos: experiência (erros e acertos), aprendizagem da regulação – relação entre sujeito e objeto; aprendizagem estrutural – pensamento.

Dimensão social: tem relação com a aprendizagem escolar e familiar e os aspectos socioculturais.

Dimensão como função do eu: permeia entre a realidade psíquica e a realidade externa.

Essas dimensões, atuando juntas e equilibradas, proporcionam processo de aprendizagem de qualidade no indivíduo, correlacionando seus aspectos internos com a influência externa, nos fatores biológicos com a troca de informação entre sujeito e sujeito e sujeito com objeto. A aprendizagem se caracteriza de forma global. Contudo, quando as condições ambientais são inadequadas poderão trazer prejuízos para indivíduo, nos setores e nas funções do desenvolvimento e suas etapas.

As condições internas da aprendizagem fazem referência a três planos estreitamente inter-relacionados. O primeiro plano é o corpo como infraestrutura neurofisiológica ou organismo, cuja integridade anátomo-funcional garante a conservação dos esquemas e de suas coordenações, assim como também dinâmica da sua disponibilidade na situação presente.... corpo mediador da ação... condições do mesmo, sejam constitucionais, herdadas ou adquiridas favorecem ou atrasam o processo cognitivo (PAÍN,2008,p.22).

A condição externa se faz tão importante quanto à interna, pois o ambiente precisa estar adequado, favorecendo a aquisição da aprendizagem e um espaço estimulante, acolhedor que respeite o indivíduo e o observe em sua totalidade.

Ainda Paín (1985, p. 22) acrescenta “é comum a criança com problema de aprendizagem apresentar um déficit real do meio

devido à confusão dos estímulos, à falta de ritmo ou velocidade com são brindados ou à pobreza ou à carência do mesmo...”.

Por vezes, as dificuldades de aprendizagem estão mais relacionadas aos problemas de ordens pedagógicas e/ou socioculturais, ou seja, o problema não está centrado apenas na criança. O ambiente escolar pode fomentar, mesmo que involuntariamente, as dificuldades de aprendizagem por intermédio de alguns problemas corriqueiros, tais como: os curtos períodos de aula, a troca constante de professor, a falta de planejamento, o planejamento inadequado e a indisciplina. No ambiente social é comum deparar-se com as violências (urbanas, domésticas entre outras) e as condições socioeconômicas que afetam diretamente o indivíduo.

Esses fatores podem acionar as dificuldades na aquisição do conhecimento. Precisamos compreender qual é o perfil do educando, se sua dificuldade é de ordem permanente ou não. Esta constatação se dará mediante uma sondagem avaliativa, observando quais os possíveis fatores que estão bloqueando a assimilação da informação, podendo ser fatores de natureza orgânica ou ambiental.

Quando a aprendizagem não está se desenvolvendo na forma que se espera podem haver problemas na transmissão ou algo que não está bem. O não aprender tem uma função tão integradora quanto o ato de aprender, pois, a aprendizagem está correlacionada no campo das relações construtivo ou não. É preciso identificar o problema mais rápido possível, determinar quais são as

probabilidades de ajudar o educando e assim sanar ou diminuir suas aflições.

Uma visão ampla das possíveis complicações permite compreender melhor os problemas que levam ao fracasso escolar, cujos pontos atuam nas perturbações, se de ordem de disciplina, de integração social, além de poder detectar as perturbações, atuar na causa e/ou na anormalidade no processo da aquisição do conhecimento. Uma criança que não aprende, não consegue aproveitara beleza de suas possibilidades. Podemos nos deparar com crianças que preservam seu intelecto, mas apresentam algum tipo de distúrbio e por isso a importância do diagnóstico, para uma atuação de qualidade que potencialize a integralidade de suas habilidades.

Algumas vezes o tempo de aprendizagem do aluno é maior em comparação com os demais, por isso não se pode confundir dificuldades de aprendizagem com transtornos e/ou síndromes, e até mesmo com as particularidades individuais.

A dificuldade de aprendizagem não implica necessariamente em um transtorno, pode ser um conjunto de sintomatologia que provocam uma série de perturbações no aprender da criança, interferindo no processo de aquisição e manutenção de informações. De uma forma acentuada, não estão ligadas aos sistemas biológicos cerebrais, mas podem ser de causas passageiras, como conteúdos escolares, mudança de escola, e/ou professores, separações dos pais, mudanças de ambiente ou perda

de ente querido, entre outras causas pessoais, sociais, afetivos ou emocionais.

Segundo Olivier (2011), os transtornos de aprendizagens compreendem nas inabilidades específicas, como de leitura, escrita ou matemática e o educando apresenta resultado abaixo do esperado para seu nível de desenvolvimento escolar. E podem ser encontrados em indivíduos que apresentam inteligência normal, não tendo alteração motora ou sensorial, em diversas classes socioeconômicas e culturais. Os distúrbios de aprendizagem estão relacionados às dificuldades pontuais e específicas caracterizada pela presença de uma disfunção neurológica. O cérebro, nestes casos, funciona de forma diferente, mesmo sem apresentar desfavorecimento físico, social ou emocional aos indivíduos portadores

A descrição dos transtornos da aprendizagem pode ser encontrada nos manuais internacionais de diagnósticos de doenças com o CID-10 E DSM-V, ambos reconhecem a falta de exatidão do termo “transtorno”, empregando este termo para evitar a utilização das expressões “doenças ou enfermidades”.

Já a síndrome é um conjunto de sintomas observáveis em vários processos patológicos que caracterizam uma doença ou conjuntos de fenômenos decorrentes de uma determinada situação. Para a medicina, a síndrome é um quadro clínico com certo significado.

O processo de aprendizagem não é algo contínuo interruptivo pode apresentar oscilações, depende do momento do aluno, de

toda uma conjuntura de fatores: sociais, afetivos e outros. Como por exemplo: uma mudança de ciclo de aprendizagem, de uma escola para outra ou até mesmo de um professor.

É notório que a transição de um ciclo para outro podem ocasionar possíveis dificuldades de aprendizagem, se manifestadas nas estruturas físicas, sociais, emocionais e psicológicas. Quando um aluno finaliza a Educação Infantil e depara com Ensino Fundamental I, podem manifestar complicações temporais de adaptação. Principalmente com as exigências, tanto escolar como familiar, podendo surgir patologias, como: dificuldade de aprendizagens, baixa tolerância, falta de concentração, frustração, baixa autoestima e altos níveis de ansiedade.

Quando um aluno entra na escola ele traz consigo uma bagagem de experiências anteriores, e essas irão interagir com o novo, podendo esse fato ser positivo ou não, dependendo do ambiente ao qual está inserido e das possibilidades proporcionadas.

O ato de ensinar fica comprometido com a construção do ato de aprender, faz parte de suas condições externas. A má qualidade do ensino provoca um desestímulo na busca do conhecimento. Não há, assim, um investimento dos alunos, do ponto de vista emocional, na aprendizagem escolar, e esse movimento seria uma condição interna básica (WEISS, 2009, p. 21).

O ambiente escolar deve ser estimulante, proporcionando melhores condições de aprender, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades e superando suas dificuldades. O aprender é um processo de construção que precisa de interações e compreensões. A aquisição do conhecimento numa sala de aula ocorre de forma uniforme, cada aluno tem o seu tempo e sua forma de compreender, respeitar o tempo de assimilação e acomodação do novo, por isso, a importância do estímulo. O professor deve saber trabalhar com a heterogeneidade. Os conteúdos poderão ser organizados em esquemas que sejam práticos, representativos, conceituais e significativos.

A facilidade e a dificuldade escolar se associam às estruturas do ambiente, e não somente à física, mas à falta de preparo dos professores. Estes, muitas vezes, se vêem em situações adversas, como a cada ano numa unidade escolar diferente, precisando criar novos vínculos, conhecer o ambiente e suas normas, estruturas, colegas e a equipe gestora. Para eles também há uma nova adaptação e dificuldades (WEISS, 2015).

Atualmente, está cada vez mais difícil lecionar, devido a todas as dificuldades já citadas, mas também há a concorrência entre os professores e a cultura atual, pois depara-se com um mundo digital colorido e dinâmico, um universo paralelo aos muros da escola, principalmente nas escolas públicas. Muitas escolas estão equipadas com apenas lousa e giz. Os recursos são limitados, sobretudo no início do ano. Muitas vezes, a distribuição desses materiais pedagógicos fornecidos pelos órgãos competentes (governamentais), é realizada tempos depois do início das aulas.

O aluno que ingressa no Ensino Fundamental I pode sofrer grandes impactos e somar as situações de aprendizagem (materiais de apoio) com a estrutura física. O ambiente de educação infantil tem tendência a ser mais acolhedor e no Ensino Fundamental I encontra-se um ambiente mais frio e informal. As salas de aulas padrões não são adequadas para o tamanho dos alunos e os pouquíssimos recursos tecnológicos têm um aglomerado de fatores desfavoráveis que podem gerar o “fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem”.

A quantidade excessiva de alunos por turmas em sala de aula é outro fator complicador. O professor tem em média de 30 a 35 alunos por sala, sem nenhum auxiliar. Precisa atender a todos num período curto de aula, no qual esse período é de extrema importância para aquisição de futuras aprendizagens.

A intervenção Psicopedagógica Institucional se faz necessária onde as dificuldades de aprendizagem são evidenciadas e os índices de fracasso escolar nas escolas públicas são altos. A abordagem psicopedagógica é direcionada para sanar os problemas educacionais, aprimorando suas metodologias, linguagens e vínculos.

“A função da educação pode ser alienante ou libertadora, dependendo de como for usada, quer dizer, a educação como tal não é culpada de uma coisa ou de outra, mas a forma como se instrumente esta educação ter um efeito alienante ou libertador” (PAÍN, *apud*: FERNÁNDEZ, 2014, p. 82).

O processo de ensino e aprendizagem precisa ser prazeroso, ter significado para aqueles que estão envolvidos, tanto para o mediador quanto para quem irá receber. O verdadeiro sentido da aprendizagem é a troca de experiência e conhecimento, num ambiente em que todos possam se inteirar de novas descobertas.

Para que isso ocorra, precisamos melhorar a qualidade do ensino, diminuir os índices de fracasso e ter um olhar atencioso para o aluno e apoio ao educador. Sendo assim, Psicopedagogia Institucional se torna peça fundamental desse ambiente, pois ela atuará como apoio para alunos, professores, gestores e famílias, ensejando um elo de toda comunidade escolar. A princípio, isso ocorrerá de forma preventiva, desenvolvendo projetos que envolvam os alunos saindo na Educação Infantil para o Ensino Fundamental, e posteriormente para alunos que já receberam a intervenção da adaptação e mesmo assim continuam com problemas e/ou bloqueios.

8.1. A Psicopedagogia e a Prevenção do Impacto da Mudança de Ciclo

A Psicopedagogia pode aplicar a metodologia que intervém dentro da sala de aula como prevenção dos impactos da mudança de ambiente, psicológica e até mesmo no campo afetivo. Isso cria estratégias que torne o processo de aprendizagem tranquilo e acolhedor, associando a construção do conhecimento através da relação do sujeito e sujeito, e sujeito e objeto.

A educação e a aprendizagem devem ser dirigidas para a mudança para romper com o discurso da modernidade tradicional baseado em teorias conservadoras que negam a possibilidade de transformação com argumentos que só consideram a forma como o sistema que se mantém por meio da reprodução, a partir do ponto de vista de que devemos ser objetos de uma conscientização por parte de algum líder carismático ou professor inquieto que nos iluminará com sua sabedoria, abrindo nossos olhos para realidade (IMBERNÓN, 2008, p. 32).

A escola e a educação precisam fazer mudanças para sanar os problemas e oportunizar os educandos na qualificação e desenvolvimento de suas habilidades. É necessário renovar, criar recursos e estratégias para estimular esse novo público, as novas exigências sociais, olhando e observando-os nas diversas condições, respeitando suas delimitações, programando os conteúdos pedagógicos para que possam oportunizar a aprendizagem de todos, para que não seja apenas igualitária, mas que tenha equidade. Por isso, a importância do Psicopedagogo para essa nova escola que oportuniza e apoia toda a sua comunidade escolar.

Nos últimos séculos, o mundo de modo geral sofreu diversas mudanças nos diferentes setores sociais, culturais, biológicos, entre outros. O universo acadêmico se deparou com novas tecnologias, as quais ampliaram as possibilidades de estudos, pesquisas e metodologias. Contudo, essas mudanças e esses avanços não atingiram, de forma geral, a escola, principalmente, a pública.

O ensino de base continua permeando os mesmos trilhos. Os alunos de baixa renda (como os de escolas localizadas na periferia das grandes cidades) têm contato com as novas tecnologias, mas quando vão às aulas continuam com suas limitações e escassez de novas práticas.

O trabalho do psicopedagogo junto com coordenador pedagógico e professor se referem à reflexão sobre as práticas educativas, haja vista que deve desafiar o ensino, criando um ambiente acolhedor, convidativo e prazeroso, rico em estímulos nas atividades lúdicas e significativas, promovendo um espaço de construção de conhecimento e de confiança.

“A articulação dos aspectos afetivos e intelectuais, internos e externos, individuais e coletivos no processo de aprendizagem carece de novas matrizes, novas formas de dinâmicas que permitam esta integração” (FAGALI e VALE, 2011, p.15).

O Psicopedagogo não atua somente nos aspectos das habilidades dos alunos, também na sensibilidade do professor, como mediador. As intervenções Psicopedagógicas estão voltadas para despertar os desejos dos saberes, utilizando-se de atividades lúdicas, num trabalho constante e singular, visando à subjetividade na abordagem afetiva, na escuta ativa e no intuito de despertar os desejos de aprender. No mesmo momento que essas intervenções constroem uma nova abordagem escolar, também vão contribuindo com a identidade do educando, tornando-o um ser ativo de construção e transformação do seu meio.

A escola é um espaço coletivo, privilegiado de trocas e interações entre pessoas de diferentes idades, configurando-se como importante influência na construção da subjetividade e singularidade dos alunos. Sendo assim, a educação é de importância decisiva para a formação de cada sujeito que dela participa. Pensar a escola nessa perspectiva é também possibilitar situações de interação entre os alunos, de troca e de construção conjunta de conhecimento, em que cada um possa contribuir efetivamente no processo de aprendizagem dos outros (BARRETTO e BASTOS, 2015, p. 42).

Os desafios são muitos, mas tem que haver um começo para a mudança. Somos agentes de transformação, mediadores da construção de novas informações e conhecimentos e educadores responsáveis, não podemos aceitar que as condições vigentes nas escolas públicas. O educando tem por direito Constitucional de receber um ensino de qualidade, de estar num ambiente que favoreça o seu crescimento e seu desenvolvimento.

Para Wallon (*apud*: BARRETTOS, 2015), o homem precisa interagir com o seu meio social para ocorrer as transformações e as interações, que serão imprescindíveis para a construção do sujeito, por consequência dos desenvolvimentos das suas habilidades orgânicas, motoras, afetivas, intelectuais e socioculturais.

O Psicopedagogo tem uma importante função nas instituições educacionais, não apenas na atuação pedagógica, mas também na saúde (preventiva) dessa instituição, orientando a adaptação dos novos alunos e no auxílio de outros educandos que apresentarem

dificuldades de aprendizagem. Seu trabalho tem um caráter preventivo e até mesmo terapêutico, atuando em toda a comunidade escolar.

Ele é responsável por escutar as queixas das famílias e da equipe pedagógica elaborando um diagnóstico institucional. Após essa elaboração do projeto de apoio pedagógico e das análises, deve pontuar as necessidades educacionais, desenvolvendo um plano de trabalho que possa diminuir esses conflitos. Por fim, sua função está voltada na ação investigativa de diversos contextos de aprendizagem, em grupo e no individual, fundamentando nos diagnósticos, nas observações e nas análises.

8.2. A Psicopedagogia e a Família

A família influencia diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Quando uma criança pequena começa a frequentar um sistema de ensino, a creche por exemplo, ela não deixa de fazer parte de estrutura familiar. Ela precisa da proteção e das orientações de seus familiares. É no ambiente familiar que o indivíduo começa a desenvolver suas habilidades, construindo suas primeiras aprendizagens e abrindo espaço para novas aquisições. Desde o ventre materno a criança aprende, mas após o seu nascimento, vai desenvolvendo as aptidões linguísticas, motoras, musicais, lógicas entre outras, aprimorando sua autonomia, e, posteriormente, prosseguir na aprendizagem sistemática do ambiente escolar.

A base se dá na família. É por meio dela que o sujeito se estrutura, cria vínculos afetivos, inicia o seu desenvolvimento cognitivo e emocional. Não é na escola que o desenvolvimento começa, como pensa erroneamente muitos pais, e grande parte dos problemas e conflitos entre a escola e família reside aí, quando alguns pais querem atribuir somente à escola o dever de ensinar e educar, sem participar desta educação (SAMPAIO, 2017, p. 76).

A criança tem o dever e o direito de ser assistida por sua família, que fornecem as necessidades básicas (proteção, princípios e valores) para o seu desenvolvimento, como o Estado que é responsável para garantir o acesso à educação formal.

O que é família? Segundo o dicionário Houaiss (2010, p.350), família é um grupo de pessoas, formado especialmente, por pai, mãe e filho (s), que vivem sobre o mesmo teto ou grupo de pessoas ligadas entre si pelo mesmo casamento, qualquer parentesco ou adoção.

Atualmente o conceito de família vem se modificando e hoje temos diferentes versões desse conceito. O termo de família tradicional ou nuclear está cada vez mais difícil de serem encontrados, pois se depara com outras conjunturas familiares. Contudo, a família não deixou de ser referência no desenvolvimento educacional da criança. A instituição familiar tem grande importância para formação do indivíduo e na sua integração social. Esta precisa conviver em parceria com instituição escolar, formando um tripé: família-indivíduo-escola.

A participação familiar é a base, a essência, o alicerce da estrutura da criança. Quando a base fica abalada, qualquer construção posterior pode ser danificada. Por isso, a família deve ter consciência do seu papel, como amparar as crianças, sendo atuantes nas suas responsabilidades. No entanto, encontramos famílias que estão passando por diversas situações de conflitos, como socioeconômicas, afetivas, emocionais, saúde e entre outras. Encontram-se doentes na comunicação entre os membros, na falta de diálogos, de paciência e de se conhecerem. Esses fatores podem refletir dentro do ambiente escolar (SAMPAIO, 2017).

Existem outros fatores que influenciam como a mídia, o mercado de trabalho, e entre outros. Essas deficiências podem ser evidenciadas no ambiente escolar, nas manifestações de aprendizagem e/ou comportamentos, no momento da aquisição da leitura e escrita.

Com todas essas mudanças e interferências a escola precisa se adequar frente a novos desafios, criar meios para confrontá-los. Por esse motivo, a importância da parceria da família e escola. Hoje integramos mais um membro para essa parceria, o Psicopedagogo, que é um profissional especializado no processo do ensino e aprendizagem, integrando e sistematizando-o no atendimento do educando.

Existem ocasiões em que a família e a escola parecem rivais. Não existe diálogo e acordo, ambas esquecem que tem algo primordial em comum, que é dar condições para que possam assistir a criança. Nesse momento, o psicopedagogo educacional

se faz presente, na interferência dessa situação, correlacionando as partes, agindo na perspectiva de dar equilíbrio nessas estruturas. Buscando dar suporte de estratégias e métodos, que integrem as situações cognitivas, ambientais físicas e sociais, para promoção de um ambiente favorável a aprendizagem.

A orientação do psicopedagogo com a família é para que o educando tenha êxito no tratamento preventivo desenvolvido no ambiente escolar. Muitas vezes, interferindo no apoio da família, para que modifique o seu olhar ou até mesmo seu comportamento em relação à criança.

“Os pais não podem mudar a cor dos olhos de seu filho, mas podem dar aos olhos a luz da compreensão, o calor da simpatia” (CARVALHO e CUZAM, *apud*: DRESCHER, 2008, p. 38).

A família influencia seu filho tanto consciente como inconscientemente, por isso, dever estimular, orientar e proporcionar um ambiente que respeite, valorize e transmita segurança, pois o cognitivo e o afeto caminham juntos. Por alguma razão, se deparar com alguma dificuldade, precisa procurar e aceitar auxílio de profissionais que a orientem a diminuir as ocorrências conflitantes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe em discussão, o problema de adaptação de alguns alunos no novo ciclo escolar. A mudança pode

ocasionar impacto na aprendizagem. Quando a criança finaliza a Educação Infantil e ingressa no Ensino Fundamental I, esse aluno ou educando pode desenvolver problemas e/ou dificuldades no seu processo de aquisição da aprendizagem.

Diante dos possíveis conflitos que podem ocorrer na nova etapa escolar, vamos dividirmos em duas situações, para ter melhor compreensão: a primeira, se a escola está preparada para a chegada desses novos alunos e se adota um trabalho preventivo; e a segunda situação, quando aluno apresenta dificuldades de aprendizagem quais são as intervenções, quais as abordagens terapêuticas existentes. Em ambas as situações, a Instituição Escolar contará com um novo profissional, no qual apoiará o “tripé” da escola que seria família-indivíduo-escola. O Psicopedagogo Institucional Educacional atuará junto com os membros da Unidade Escolar, contribuindo no trabalho do desenvolvimento das funções cognitivas do educando, criando estratégias que possibilitem a construção da aprendizagem, de forma significativa.

Quando um educando apresenta complicações na aquisição do conhecimento, primeiramente é necessário fazer uma verificação do porquê da dificuldade e quais os possíveis fatores conflitantes. Esses fatores podem ser de cunho: social, biológico e/ou cognitivo. Dependendo onde está centralizado o problema criam-se diferentes estratégias e métodos para diminuir essas dificuldades. Por isso, a importância da escola e família atuarem em parceria construindo uma comunicação contínua que auxilie a criança.

As dificuldades podem ser de natureza momentânea ou duradoura, existindo fatores como a ocorrência de uma situação externa, como por exemplo, problemas familiares (separação dos pais, mudanças de residência, perda de um ente querido), e problemas escolares (mudança de escola, turma ou professor e até mesmo da metodologia pedagógica). As crianças são como esponjas que absorvem tudo ao seu redor, por isso a importância da influência positiva dos estímulos.

Os estímulos têm que ser algo presente para diminuir os impactos dos alunos no ambiente escolar, na socialização, na interação do sujeito com o sujeito, e no sujeito com objeto, desenvolvendo processos de ações que construam o conhecimento através de ambiente dinâmico, motivador e transformador. O professor tem importância fundamental nesses procedimentos, portanto, precisará estar sempre se renovando, buscando novos conhecimentos se atualizando constantemente e buscando auxílio de outros profissionais.

No entanto, as instituições escolares não acompanharam as mudanças tecnológicas e sociais, principalmente nas escolas públicas. Hoje, encontram-se escolas “paradas no tempo”, que continuam com métodos primitivos. Mas, do outro lado dos muros da escola, encontram-se diversas renovações, até mesmo os alunos de classe socioeconômica desfavoráveis têm acesso às novas tecnologias. Diante dessa situação se discute quais os incentivos e os estímulos para atingir esse aluno. O Psicopedagogo vem para contribuir nesse ambiente, ou seja, na reconstrução de novos projetos, metodologias e estratégias que auxiliem no

desenvolvimento das habilidades, no respeito e reconhecimento das fases do desenvolvimento da criança, podendo adotar os estudos como de Piaget, no processo de aquisição do conhecimento: assimilação, acomodação e adaptação.

Na instituição chamada família também tem o seu papel na aquisição da aprendizagem, precisam favorecer um ambiente de estímulo, equilibrando a afetividade, emocional, a cobrança e entre outros. Pois o afeto e cognitivo são dois fatores correlacionam e são indissociáveis, necessitam estar em sintonia. No entanto, encontram-se circunstâncias que dificultam esse relacionamento, as crianças estão indo cada vez mais cedo para as unidades escolares, por causa de fatores sociais e os modelos que regem a nossa sociedade (o capitalismo e as influências da mídia). Então, elas são “tiradas” muito cedo do seio familiar e convivendo cada vez menos com eles. E assim, criam-se novos entraves na educação, inversões de papéis ou não comprimento deles, na questão da educação moral e ética, quem são os responsáveis, ou melhor, qual é a função de cada um, da escola e da família. Diante desses conflitos, a criança é prejudicada, deixando de ser assistida corretamente, ocorrendo fissuras na formação.

Não é de hoje que as crianças são vítimas do desequilíbrio social. Anos atrás elas eram consideradas cidadãos sem direito, apenas vistas como uma mão de obra, um adulto em miniatura, nem tinha o direito ao sistema educacional. Somente em meados da década de 80 e 90, com as novas leis, este quadro começa a mudar. No entanto, não deixaram de existir complicações, pois, mesmo com essas leis, depara-se com outras situações que

dificultam o desenvolvimento da criança, por exemplo, a desestruturação familiar, que influencia muitas vezes indevida e invasiva da mídia. Esses pequenos cidadãos são vítimas desse sistema, afetando o seu emocional e por consequência a atingindo o seu desenvolvimento cognitivo, aquisição da aprendizagem.

Tanto as conjunturas escolares e familiares precisam rever os seus moldes, como estão proporcionando as condições necessárias no âmbito das estruturas internas e externas, no estímulo e no desenvolvimento das crianças, atendendo nos processos preventivos e curativos, no combate dos impactos e da dificuldade escolar, não aprender. A escola precisa voltar o seu olhar para educando, como é forma que adquirem o conhecimento, é não ter o foco apenas no cumprimento do currículo, que tenham projetos receptivos e significativos de transformação e não apenas de transmissão. Imprescindível que o educando se sinta parte atuante de uma sociedade, que seja inserido em trabalhos interdisciplinares no desenvolvimento diário, que os conduza a serem indivíduos pensantes, e além de tudo que respeite suas condições de ser criança. Na família, ele possa ter apoio no seu desenvolvimento, não seja apenas cobrado exacerbadamente ou negligenciando, que assuma seu papel e se faça atuantes nas suas responsabilidades.

Enfim, o Psicopedagogo pode atuar como membro integrante desse trabalho que auxiliem ambas as partes, intervindo na elaboração de metodologias que englobe as instituições. Desenvolvendo trabalho que permita a criança / educando a oportunidade ingresso nesse novo ambiente, de aprender, respeitando seus limites e adequando suas condições, sendo

assim, proporcionada uma equidade. O Psicopedagogo não será um solucionador de problemas, mas parte integrante de um trabalho coletivo, um profissional especializado na aprendizagem, abordando quais os caminhos da aprendizagem de forma significativa e prazerosa.

REFERÊNCIAS

BAJARD, Élie. **Caminhos da Escrita**: espaço de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2014.

BEATRIZ, Alice B.; BASTOS, Iziq. **Psicopedagogia Clínica e Institucional**: diagnóstico e intervenção. São Paulo: Loyola, 2015.

BORTOLOTTI, Karen F.; PINOLA, Andréa R. **Pesquisa em Educação IV**. Rio de Janeiro: Sesus, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

_____. **Pró-Letramento** - Alfabetização e Linguagem: Formação de professores: fundamentos para o trabalho de tutoria – fascículo de tutoria. Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica. Brasília, 2007.

_____. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa: **a criança no ciclo de alfabetização**. Caderno 2. Brasília, 2015.

_____. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa: **a organização do trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização**. Caderno 4. Brasília, 2015.

_____. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa: **a oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização**. Caderno 5. Brasília, 2015.

CARVALHO, Evodite Gonçalves Amorim; CUZIN, Marinalva Imaculada. **A Psicopedagogia Institucional e Sua Atuação no Mercado de Trabalho**. Campinas: FE/Unicamp, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 6Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FAGALI, Eloisa Quadros; VALE, Zélia Del Rio. **Psicopedagogia Institucional Aplicada**: aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. 11 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arante; TAVARES, Dirce Encarnacion; GODOY, Hermina Prado. **Interdisciplinaridade na Pesquisa Científica**. Campinas: Papyrus, 2015.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões Sobre Alfabetização**. 24 Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIA DA INTERNET. Disponível em: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Acessado em: 14nov2017.

_____. **O que é letramento? Poesia de Kate M. Chong**. Disponível em: <http://professoragenainareder.blogspot.com.br/2012/05/o-que-e-letramento-poesia-de-kale-m.html>. Acessado: 15 dez 2017.

_____. **Alfabetização e Letramento 1**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5707-escolaativa-alfabetizacao1-educador&itemid=30192. Acessado em: 03 nov 2017.

_____. **Base comum**. Disponível em: BaseComum.<http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em: 21 mar2018.

_____. **Princípios fundamentais da educação em Rousseau**.

Disponível em:www.unicamp.br/~jmarques/gip/AnaisColoquio2005/cd-pag-texto-03.htm. Acessado em: 23abr2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 20Ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

IMBERNÓN, Francisco. **A Educação no Século XXI**: os desafios do futuro imediato. 2Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 14 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NICOLAS, André. **Introdução ao Pensamento de Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Zilma M. Ramos. **A Criança e seu desenvolvimento**: perspectivas para se discutir a educação infantil. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVER, Lou. **Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento.** 6 Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

PULASKI, Mary Ann Spencer. **Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1986.

RUBINSTEIN, E. **XXI Encontro de Psicopedagogia do RS – ABPp.** Gramado, Apostila de agosto de 2013.

RUSSO, Maria de Fátima. **Alfabetização: um processo em construção.** 6 Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de Aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola.** 4Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e Realidade Escolar: o problema escolar e de aprendizagem.** 9 Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 6 Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, AlexN. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 2 Ed. São Paulo: Ícone, 1988.

WEISS, Maria Lucia Lemmer. **A Intervenção Psicopedagógica nas Dificuldades de Aprendizagem Escolar.** Rio de Janeiro: Wak, 2015.

_____. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar.** 14 Ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2012.

YAEGASHI, R. FRANCI, S. **A Psicopedagogia no Brasil: historicizando uma nova área e conhecimento.** Curitiba, editora CRV, 2017.

3.1.6 DISLEXIA E A RELAÇÃO DOCENTE / DISCENTE NA PERSPECTIVA PSICOPEDAGÓGICA

E.G.A.de CARVALHO¹; M. M. MUDO²